

Gênero no contexto da saúde: um relato de experiência com agentes comunitárias de saúde

Débora Cordeiro Silva¹

Érika Cecília Soares Oliveira²

Fundação Educacional de Penápolis

Resumo: O presente trabalho foi realizado durante um Estágio em Psicologia Social I no primeiro semestre de 2010, no qual foram desenvolvidas discussões sobre gênero com um grupo de seis agentes comunitárias de saúde de uma Unidade Básica de Saúde, localizada em um bairro periférico de uma cidade do interior paulista. O objetivo principal constituiu-se em articular as discussões com as vivências profissionais de cada uma, a fim de criar um espaço diferenciado para que pudessem, posteriormente, atender os(as) usuários(as) da Unidade levando em consideração os diferenciais de gênero, violência contra a mulher, identidade de gênero etc. As reflexões produzidas deveriam questionar ou produzir novos modos de se pensar as categorias “mulher” e “homem”, entendidas como construções histórico-culturais, visando à formação de pensamentos e ideias que as levassem a refletir sobre as várias subjetividades, sem discriminações relativas ao sexo/gênero.

Palavras-chave: Agentes comunitárias; Gênero; Unidade Básica de Saúde.

¹Graduada do curso de Psicologia da Fundação Educacional de Penápolis (FUNPEPE), 2010. E-mail: cordeiro.debora@yahoo.com.br

²Prof^a Ms. ex-supervisora do Estágio em Psicologia Social I do curso de Psicologia da Fundação Educacional de Penápolis (FUNPEPE). E-mail: oliverik_br@yahoo.com.br

Introdução

Este estágio teve como objetivo principal criar oficinas para discutir gênero junto à comunidade. O trabalho foi desenvolvido com seis agentes comunitárias de saúde de uma Unidade Básica de Saúde, localizada em um bairro periférico em situação de vulnerabilidade social. As reflexões produzidas deveriam questionar ou produzir novos modos de se pensar as categorias “mulher” e “homem”, entendidas como construções histórico-culturais, visando à formação de pensamentos e ideias que levassem as agentes a refletirem sobre as várias subjetividades, sem discriminações relativas ao sexo/gênero.

Nosso objetivo era articular as discussões sobre gênero com as vivências profissionais de cada uma, a fim de criar um espaço diferenciado para que as mesmas pudessem, posteriormente, atender os(as) usuários(as) da Unidade levando em consideração os diferenciais de gênero, violência contra a mulher, identidade de gênero etc.

Metodologia

No período de dois meses ocorreram sete reuniões semanais com as profissionais, com cerca de uma hora de duração cada. Os métodos empregados foram dinâmicas, atividades escritas e discussões, por meio de materiais como: questionários, trechos de filmes e confecção de cartazes e carta/convite.

Resultados e Discussão

Assim como proposta e objetivo de discussão para o grupo com as profissionais da saúde, falar sobre gênero envolve tecer reflexões pertinentes a essa temática, sendo importante, portanto, apontar para formas cristalizadas e naturalizadas de se conceber questões referentes ao assunto (ROSSLER, 2004).

Segundo Butler (1987), nossa identidade natural, ou seja, o sexo biológico com o qual nascemos, não coincide necessariamente com a identidade de gênero. O que nos tornamos ao longo da vida não é o que já somos. Assim sendo, o tornar-se mulher ou homem é uma aquisição gradual de um conjunto de atos propositais e apropriativos. Gênero é também um modo de organizarmos normas passadas e futuras, um estilo de viver nosso corpo no mundo, num projeto incessante de reconstrução e interpretação de tais normas.

Arán e Peixoto (2007), também baseados(as) na leitura de Butler, afirmam que o gênero é uma norma, uma construção social e histórica e contingente, uma forma de regulação social. Segundo os(as) autores(as), o gênero não é a expressão de uma essência interna nem um mero resultado de uma construção social. O que se propõe, é que o sujeito, gendrado neste processo, é o resultado de repetições constitutivas que impõem a ele efeitos substancializantes. E, a partir do entendimento de que a nomeação do sexo é um ato performativo de dominação e coerção que estabelece uma realidade social pela construção de uma percepção da corporeidade bem definida, pode-se entender gênero como uma identidade constituída pelo tempo através de uma repetição incorporada por gestos, movimentos e estilos. Neste sentido, Butler (1987) indaga-se sobre a existência de certos traços anatômicos sexualmente diferenciados, se irão

presumir uma determinação do destino social da criança, destino esse estruturado por um sistema de gênero calcado na pretensa naturalidade das oposições binárias e, redundando, como consequência, na heterossexualidade e nas padronizações decorrentes desse ideal. Essa ideia pode ser ilustrada com a primeira dinâmica feita com as agentes comunitárias, na construção de cartazes, em que produziram enxoval e brinquedos cor-de-rosa para as meninas e, para os meninos, carrinhos e objetos que julgavam ser de “coisas de homem”. As falas que explicitaram tal pensamento foram evidentes: “não usaria rosa no meu filho, porque não gostaria de expor ele ao preconceito” ou ainda “uma vez coloquei uma blusa rosa no meu neto pra ficar dentro de casa, e a minha outra netinha de dois anos ficou tirando o ‘sarro’ dele, chamando de menininha, além do meu marido dizer ‘coitado dele, está parecendo uma menininha’”. Esses apontamentos mostram como a performatividade das ações e pensamentos sobre gênero, socialmente construídas, naturalizadas e aceitas, é imposta às crianças desde a mais tenra idade.

Saffioti (1987) contribui nesta discussão apontando que a sociedade demarca, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe a atuação do homem. Tal fato, construído historicamente, cria uma sensação de naturalidade em todo o corpo social, ou seja, a identidade social atribuída a homens e mulheres, construída socialmente, é tida como natural. Esses papéis, por sua vez, agem como numa espécie de “camisa de força”: ao homem cabe o uso da força física como forma primordial de expressão, ao passo que a mulher é relegada à esfera privada e à sua capacidade de reproduzir. Uma das falas das profissionais explicita esta demarcação de papéis bem definidos, em relação à mulher praticar boxe: “se for apenas como exercício tudo bem, mas do contrário eu acho que boxe não deveria ser praticado por uma mulher”.

Vale ressaltar que de acordo com Saffioti (1987), não é só a mulher que tem as suas potencialidades reduzidas devido ao papel que lhe é socialmente incumbido e esperado, mas o outro preço pago pelo homem é que para agir como *macho* ele deve aceitar (mesmo inconscientemente) sua própria castração. Enquanto provedor da família não lhe é permitido fracassar e a ele estão associados valores como força, razão e coragem, portanto ele deve inibir sua sensibilidade. Do mesmo modo, no trabalho lhe é exigido o máximo de produtividade, numa robotização que incapacita o desfrute do prazer. Dessa maneira, a sociedade não apenas mutila muitas dimensões da personalidade feminina como também limita extraordinariamente o desenvolvimento do homem. Além do mais, a ideologia machista, para a autora, também é introjetada pelas mulheres, e assim homem e mulher transmitem na educação dos filhos e filhas valores calcados em tal ideologia, o que acaba por conservar e manter o estado “natural” das coisas. Tais colocações podem ser exemplificadas com o que houve no início dos encontros, onde foi possível observar, através dos conteúdos que foram produzidos pelas agentes, as concepções que as mesmas possuíam a respeito de gênero. A mulher, na concepção da maioria das agentes, foi vista como rainha do lar, responsável por cuidar da casa, do marido e dos(as) filhos(as), destinada ao casamento e à procriação; já o homem foi considerado o provedor, devendo ajudar a mulher na criação dos filhos. Assim como colocaram que os dois possuem papéis bem definidos e um não pode realizar atividades consideradas socialmente como sendo do sexo oposto. Ainda na confecção dos cartazes, com colagem de figuras de objetos que elas julgavam como sendo “coisas de homens ou de mulheres”, uma delas afirmou: “acho que o cartaz

acabou ficando assim, porque na verdade os homens é que ligam muito pra essas coisas de cerveja, carro e futebol”.

Atentando para o fato de toda a construção histórica do papel da mulher, cabem algumas considerações de Giddens (1993) acerca dos deslocamentos da feminilidade e do casamento, em que a idéia de amor romântico deve ser compreendida em relação às várias influências que afetaram as mulheres a partir do final do século XVIII. Entre elas, está a criação do lar, a modificação nas relações pais e filhos(as) e a “invenção da maternidade”. Na modernidade, a maternidade foi associada com a feminilidade, como qualidades da personalidade assim como o amor romântico era essencialmente feminilizado. No âmbito doméstico, o autor aponta que o domínio do homem sobre a família ficou enfraquecido com a separação entre o lar e o local de trabalho, assim, cresceu a importância da mulher na família, principalmente no cuidado dos(as) filhos(as), ou seja, seu destino era cuidar da casa. O que pode ser ilustrado com a fala de uma das agentes, sobre a colagem de figuras nos cartazes: “a cerveja e o carro dá para os dois. Existem mulheres que tem seu próprio carro, e o marido tem outro. Hoje é necessidade, já que o marido sai para trabalhar e a mulher precisa buscar os filhos na escola, fazer compras e até mesmo trabalhar. Elas aprenderam a tomar gosto por carros”.

Saffioti (1987) dá bastante ênfase à supremacia masculina na sociedade capitalista, destacando a questão do patriarcado, em que a dominação masculina se expressa em muitos planos da existência cotidiana. Enquanto Rubin (1975) coloca que o uso do termo patriarcado obscurece outras distinções, apontando que esta é uma forma específica de dominação masculina. Mais adiante, entretanto, cita que independente do termo que se utilize, o importante é utilizar conceitos que descrevam de modo adequado a organização social da sexualidade e a reprodução das convenções de sexo e gênero.

Em sua definição, Rubin (1975) aponta que gênero é uma divisão dos sexos socialmente imposta, sendo um produto das relações sociais de sexualidade. Os sistemas de parentesco têm como base o casamento, transformando machos e fêmeas em homens e mulheres, cada um como uma metade incompleta que só pode encontrar completude quando se une à outra.

Além disso, como apontado por Rubin (1975), a identidade de gênero exclusiva é a supressão de similaridades naturais, o que também requer repressão, na medida em que a divisão dos sexos possui efeito de reprimir traços de personalidades de homens e mulheres. Segundo a autora, as regras de normas de divisão de gênero e heterossexualidade, apesar de suas transformações, ainda se aplicam à coerção imposta ao comportamento e personalidade masculinos e femininos, assim como os sistemas de parentesco ditam um molde de sexualidade para ambos os sexos. Cabe ressaltar, segundo a autora, que a heterossexualidade é um processo instituído, onde o sistema de parentesco encoraja a heterossexualidade em detrimento da homossexualidade. No sistema de parentesco, a sexualidade feminina preferida seria àquela que correspondesse ao desejo de outros, em lugar daquela que ativamente desejasse e procurasse uma resposta. Isto se evidenciou durante os encontros e mais especificamente nas falas: “não entra na minha cabeça esse negócio de homem com homem e mulher com mulher”, ou ainda nas falas mais gritantes, “não acho legal, mas se há respeito nos lugares públicos e perto das crianças, tudo bem”.

Essa forma cristalizada e naturalizada de pensar e conceber a questão do gênero também pode ser explicado segundo a formação e desenvolvimento do psiquismo na cotidianidade. Rossler (2004) aponta que esta é constituída a partir de três tipos de objetivações do gênero humano, sendo a linguagem, os objetos e os usos (costumes) de uma dada sociedade. Enquanto as esferas não cotidianas se dão a partir de objetivações humanas superiores, mais complexas, como as ciências, a filosofia, a arte, a moral e a política.

Rossler (2004) aponta que a formação dos indivíduos sempre começa nas esferas da vida cotidiana e que esta é parte inerente à existência dos mesmos. O conjunto das atividades cotidianas, voltada para a reprodução da existência do indivíduo, é determinado por motivações de caráter particular, enquanto as atividades da vida não-cotidiana, voltadas para a reprodução da sociedade, são determinadas por motivações genéricas. Entende-se a partir disso que, de forma geral, o psiquismo humano sintetiza ou reproduz certas características da cotidianidade e esta corresponde a um determinado modo de funcionamento psíquico, envolvendo formas típicas de perceber o mundo, raciocinar, sentir e se comportar. Segundo o autor, essas características formam um conjunto articulado de processos psicológicos fundamentais para a existência da reprodução do indivíduo na sua vida cotidiana. Porém, vale ressaltar que a presença de qualquer um desses modos de pensamento, sentimento e ação, não são por si só um problema, mas se o indivíduo não se torna capaz de romper essas formações psíquicas, mesmo em situações de vida em que tais padrões necessitem ser superados, ele estará diante do fenômeno da alienação. O indivíduo alienado (da universalidade do gênero humano) se caracteriza como aquele que se alienou das esferas não-cotidianas da existência humana, estando apenas circunscrito às esferas cotidianas de sua existência particular e isso, por sua vez, faz com que ele não seja capaz de governar e conduzir sua própria vida de maneira livre e consciente; tornando-se mais vulnerável às formas de manipulação do comportamento, pensamento e sentimentos, pois sua estrutura psíquica cotidiana alienada limita sua capacidade de crítica e reflexão.

Desse modo, a afirmação de Rubin (1975) corrobora com o que Rossler (2004) aponta, pois a organização do sexo e do gênero, embora já tenha organizado a sociedade, hoje organiza e reproduz apenas a si mesma, e, partir daí, os tipos de relações de sexualidade estabelecidos no “passado”, ainda dominam as vidas sexuais, as ideias sobre homens e mulheres e os meios de educar as crianças. Ou seja, os modos de pensar, agir e sentir típicos da estrutura psíquica da cotidianidade alienada ainda ditam nosso ser e estar no mundo, concebendo o que está dado socialmente como natural e mantendo a performatividade do gênero.

Considerações finais

O estágio, de forma geral, perpassou por aspectos externos e superiores, pois de início houveram questões burocráticas advindas da própria faculdade quanto à realização do mesmo, o encerramento do semestre, que ocasionaram os poucos encontros que pudemos realizar, além de o tema do estágio não ter tido continuidade devido à troca de professoras.

Entretanto, foi possível introduzir conteúdos pertinentes ao objetivo do estágio e problematizar um espaço para entendimento, reflexão e questionamento do estado vigente das coisas, o que poderia ter viabilizado um melhor manejo acerca das questões

de gênero com os(as) usuários(as) do sistema de saúde. Nesse sentido, percebemos o quanto é importante que a discussão sobre gênero aconteça nos espaços institucionais, devendo fazer parte das políticas públicas de todo município. Estar imerso(a) num cotidiano que é parte de uma sociedade excludente dificulta o acesso das pessoas a esse tipo de conhecimento e reflexão. Para tanto, é necessário construir algo junto com as pessoas, para que a transformação faça sentido e seja construída de modo ativo por elas. O tema necessita de maior tempo e aprofundamento para causar transformações nas subjetividades e reduzir os preconceitos das pessoas que compõem a teia social.

Para nós, o contato com o tema quase desde o início da graduação, o aprofundamento nas reflexões teóricas e a inserção na realidade concreta das pessoas mostraram-nos o quanto é necessário discutir sobre gênero: conhecer, refletir, questionar, lançar novos modos de pensar que respeitem o ser humano como um todo.

Silva, D.C., Oliveira, E.C.S. (2012) Gender in the health context: a report of experience with community health agents. *Revista de Psicologia da UNESP 11(1)*, 37-43.

Abstract: *The present paper was done during an Internship in Social Psychology I, in the first semester of 2010, in which were developed discussions about gender within a group of six community health agents of an Unidade Básica de Saúde, situated in the periphery of a city in the state of São Paulo. The main objective was to articulate the discussions encompassing the professional experiences of each health agent, in order to create a differentiated spaces so that the agents could attend users of the Unidade Básica de Saúde, taking into consideration the differences of gender, violence against women, gender identity, etc. The aftermath of these reflections should question or produce new ways to think the categories “woman” and “man”, understood as historical and cultural constructions, intending to form thoughts and ideas that would make the agents to reflect about many subjectivities, without discrimination of sex/gender.*

Key words: *Community agents; Gender; Unidade Básica de Saúde.*

Bibliografia

Arán, M. & Peixoto, C. A. J. (2007). Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. *Cadernos Pagu*, (n. 28, jan./jun), 129-147.

Butler, J. (1987). Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. In: Benhabib, S. & Cornell, D. *Feminismo como crítica da modernidade: releitura*

dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher, p.139-154. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Giddens, A. (1993). O amor romântico e outras ligações. In: _____. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora UNESP.

Rossler, J. H. (2004). O desenvolvimento do psiquismo na vida cotidiana: aproximações entre a psicologia de Alexis N. Leontiev e a teoria da vida cotidiana de Agnes Heller. *Cadernos CEDES*, (vol. 24, n. 62), Campinas.

Rubin, G. (1975). O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo. Trad. ONG SOS Corpo (Recife), policopiada. Publicada originariamente como *The traffic in women*. In: Reiter, R. (org.). *Toward an anthropology of women*. New York: Monthly Review Press.

Saffiotti, H. I. B.(1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.

Recebido: 10 de fevereiro de 2012.

Aprovado: 16 de abril de 2012.